



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Assessoria Técnica

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º _____ 2020

(Da Bancada do PSOL)

*Requer ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, **SR. AUGUSTO HELENO**, informações relativas às possíveis interferências dos órgãos de inteligência do Governo nas investigações contra o Senador Flávio Bolsonaro.*

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, **Senhor Augusto Heleno**, informações relativas às possíveis interferências dos órgãos de inteligência do Governo nas investigações contra o Senador Flávio Bolsonaro envolvendo as chamadas “rachadinhas”, entre outros crimes. Assim, apresentamos os seguintes questionamentos:

1. Segundo reportagem de 23 de outubro de 2020 da Revista Época¹, o Presidente Jair Bolsonaro participou de uma reunião em 25 de agosto de 2020, com advogadas do seu filho, o Senador Flávio Bolsonaro. O objetivo da reunião foi discutir supostas “irregularidades constantes de Relatórios de Investigação Fiscal” produzidos por órgãos federais sobre o Senador. Também participaram do encontro o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Senhor Augusto Heleno, e o Diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o Senhor Alexandre Ramagem. A reunião, que não

¹ Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/defesa-de-flavio-leva-bolsonaro-suspeita-que-pode-anular-caso-queiroz-governo-se-mobiliza-para-encontrar-prova-24706926>. Acesso em 26 de outubro de 2020.



foi registrada nas agendas oficiais do Presidente nem do Ministro Augusto Heleno, foi confirmada pelo jornal *O Estado de São Paulo*².

- a. **O Senhor Ministro do GSI e o Diretor-Geral da Abin participaram da reunião do dia 25 de agosto de 2020 que ocorreu no Palácio do Planalto com a presença do Senhor Presidente da República e das advogadas de seu filho, o Senador Flávio Bolsonaro?**
 - b. **A convocação para participação da reunião foi feita pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, diretamente ou algum de seus familiares ou assessores? Caso contrário, por qual meio se deu a convocação? Ela partiu de qual órgão?**
 - c. **Houve outra reunião com as advogadas do Senador Flávio Bolsonaro antes ou após o encontro do dia 25 de agosto de 2020?**
 - d. **Por qual o motivo a reunião não constou na agenda oficial do Ministro?**
 - e. **Em face das competências dispostas nos termos da Lei 13.844 de 2019, solicitamos os registros dos horários de entrada e saída das senhoras listadas abaixo, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2019 e a atual data: i) Luciana Pires e; ii) Juliana Bierrenbach.**
2. Não é a primeira vez que o Presidente da República tenta interferir em investigação envolvendo o seu filho, o Senador Flávio Bolsonaro. No dia 24 de abril, o então Ministro da Justiça e da Segurança Pública, pediu demissão e acusou pessoalmente o Presidente da República, o Sr. Jair Bolsonaro, de tentar interferir em investigações da Polícia Federal que poderiam implicar pessoas próximas ao presidente (inclusive seus próprios filhos e deputados aliados), além do próprio Presidente da República. Segundo Moro, o Presidente da República queria “colher” informações dentro da Polícia Federal, como relatórios de inteligência³.

² Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-recebeu-advogados-de-flavio-para-discutir-investigacao-de-rachadinhas,70003486532>. Acesso em 26 de outubro de 2020.

³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/sergio-moro-o-juiz-da-lava-jato-anuncia-sua-demissao-do-governo-bolsonaro.shtml>. Acesso em 17 de maio de 2020.

- a. **Quais as atribuições legais da presente Pasta que permitem que órgãos de inteligência do Governo sejam empregados para levantamento de informações sigilosas em situações envolvendo filho do Presidente da República sem ordem judicial?**
 - b. **Quais foram as demandas apresentadas ao Ministro do GSI e ao Diretor-Geral da Abin na ocasião da reunião do dia 25 de agosto? Essas demandas foram encaminhadas? De qual forma?**
 - c. **Houve levantamento ou elaboração de lista com nomes de servidores do COAF e da Receita Federal do Brasil que possuem acesso às movimentações financeiras do Senador Flávio Bolsonaro ou de seus assessores e aliados?**
 - d. **A presente Pasta planejou, planeja ou foi demandada a monitorar esses servidores? Há quanto tempo vem sendo realizado o trabalho de monitoramento?**
 - e. **Para além do grupo de servidores, a ação supracitada abrange familiares, parentes, assessores ou ex-assessores, ligados a estes funcionários públicos?**
 - f. **Há precedente de outros procedimentos similares instaurados com os mesmos objetivos da ação supracitada?**
3. Segundo fontes ouvidas pela Revista Época, as advogadas de Flávio Bolsonaro afirmaram na ocasião que teriam encontrado a chave para derrubar o caso Queiroz e que, caso provada, a tese livraria Flávio e todos os demais deputados investigados por “rachadinhas” na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com a reportagem, numa explanação que durou cerca de uma hora, as duas apresentaram documentos que, na visão delas, provariam a existência de uma organização criminosa instalada na Receita Federal, responsável por levantar informações que embasariam os relatórios de inteligência financeira pelo Coaf. Um desses relatórios teria sido difundido nos primeiros dias de 2018 e dinamitado o esquema que, segundo

o Ministério Público, era comandado pelo filho do presidente. **O Senhor Ministro e o Diretor-Geral tiveram acesso aos documentos supracitados? Qual o conteúdo tratado nesses documentos? Anexar a íntegra dos documentos.**

4. Ao descrever a reação do Presidente na reunião, a revista afirma que quando as advogadas concluíram o raciocínio, Bolsonaro estava estupefato e que o presidente teria dirigindo-se ao Sr. Ramagem e perguntando: “Você sabia disso?”. Constrangido, o chefe da Abin teria dado uma resposta evasiva: “Não sabia”. **O Senhor Ministro e o Diretor-Geral tinham conhecimento prévio do tema que seria tratado na reunião?**

5. De acordo com a matéria, tanto o Sr. Augusto Heleno quanto o Sr. Alexandre Ramagem teriam saído da reunião com a missão de “em nome da segurança da família presidencial”, checar se o roteiro narrado pela defesa do Senador Flávio Bolsonaro se sustentava. Além disso, sendo comprovado o roteiro narrado, haveria a necessidade de conseguir um documento que comprovasse que o Senador Flávio Bolsonaro foi vítima de uma devassa ilegal por integrantes da Inteligência da Receita.
 - a. **Quais os atos normativos que permitem que a presente Pasta atue no caso das “Rachadinhas” envolvendo o Senador Flávio Bolsonaro, investigado pelo MPE-RJ?**
 - b. **Algum documento, nota técnica, laudo ou relatório foi levantado, elaborado, demandado, identificado como resultado dos encaminhamentos da reunião do dia 25 de agosto de 2020, com advogadas do filho, o Senador Flávio Bolsonaro?**
 - c. **Pelos princípios que regem a administração pública, inscritos na Constituição de 1988, cabe ao agente público atuar com imparcialidade, sem qualquer interesse no resultado dos processos conduzidos em suas respectivas pastas. Como se deu o encaminhamento da reunião supracitada pelo referido órgão? Como foram escolhidos os/as servidores**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

responsáveis pela ação? Quais são as atribuições e responsabilidades desses servidores? A quem eles se reportam? Quantos servidores têm acesso a essas informações?

6. Conforme narrado pela revista, o próprio Senador e sua defesa se reuniram com o secretário da Receita, o Senhor José Barroso Tostes Neto, a quem foi entregue um documento apresentando todas essas suspeitas. Agentes da Abin registraram esse encontro em um relatório de inteligência. O conteúdo da petição entregue ao chefe da Receita foi compartilhado por ele com um círculo de pessoas de sua extrema confiança. Nela, a defesa do Senador Flávio Bolsonaro requisitava que fosse pesquisado o histórico de acessos aos dados do filho do presidente, inclusive as consultas feitas por meio de uma suposta senha invisível, que seria usada na Corregedoria para investigar funcionários sem deixar rastros. **O Senhor Ministro e o Diretor Geral da Abin tiveram acesso a esse conteúdo?**
7. Os pedidos acima abrangem a íntegra do(s) processo(s) formalmente constituído(s) nesta Pasta para tratar do tema, incluindo notas técnicas, e-mails, pareceres, memorandos, atas de reuniões, possíveis manifestações de outros órgãos e Ministérios que opinaram sobre o tema e demais documentos relacionados à elaboração e condução da referida reunião, assim como seus desdobramentos.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal de 1988, seguindo as constituições de regimes democráticos, consagra em seu art. 2º a separação dos poderes, vedando qualquer interferência entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, fora das hipóteses dos mecanismos de pesos e contrapesos consagrados na própria Carta Magna. Neste contexto, a imprensa brasileira vem noticiando sucessivas interferências do Presidente da República, Sr. Jair Bolsonaro, em casos que envolvem a sua família.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Segundo reportagem de 23 de outubro de 2020 da Revista Época⁴, o Presidente Jair Bolsonaro participou de uma reunião em 25 de agosto de 2020, com advogadas do filho, o Senador Flávio Bolsonaro. O objetivo da reunião foi discutir supostas “irregularidades constantes de Relatórios de Investigação Fiscal” produzidos por órgãos federais sobre o senador. Também participaram do encontro o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Senhor Augusto Heleno, e o Diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o Senhor Alexandre Ramagem. A reunião, que não foi registrada nas agendas oficiais do Presidente nem do Ministro Augusto Heleno, foi confirmada pelo jornal *O Estado de São Paulo*⁵.

Desde o início do segundo semestre de 2018 o Senador Flávio Bolsonaro é investigado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPE-RJ) por suspeita de peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa. A investigação, que teve início a partir de um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), identificou “movimentações financeiras atípicas” de 75 assessores ou ex-assessores de deputados estaduais do Rio⁶.

Dentre as movimentações atípicas, encontram-se as do ex-assessor de Flávio Bolsonaro, Fabrício Queiroz, que segundo o MPE-RJ⁷, seria o administrador das chamadas “rachadinhas”, prática onde parlamentares recebem de volta parte dos salários de seus servidores. O assessor movimentou cerca de R\$ 1,2 milhão entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017, quantia que era incompatível com a sua renda. A suspeita do MP é de que Queiroz operava o esquema a mando de Flávio Bolsonaro.

Segundo fontes ouvidas pela Revista Época, as advogadas de Flávio Bolsonaro afirmaram na ocasião que teriam encontrado a chave para derrubar o caso Queiroz e que, caso provada, a tese livraria Flávio e todos os demais deputados investigados por “rachadinhas” na

4 Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/defesa-de-flavio-leva-bolsonaro-suspeita-que-pode-anular-caso-queiroz-governo-se-mobiliza-para-encontrar-prova-24706926>. Acesso em 26 de outubro de 2020.

5 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-recebeu-advogados-de-flavio-para-discutir-investigacao-de-rachadinhas,70003486532>. Acesso em 26 de outubro de 2020.

6 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-envolve-abin-e-gsi-em-reuniao-com-defesa-de-flavio-sobre-rachadinhas>. Acesso em 26 de outubro de 2020.

7 Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/10/23/orgaos-do-governo-se-mobilizaram-para-anular-investigacoes-sobre-queiroz-diz-epoca.ghtml>. Acesso em 26 de outubro de 2020.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com a reportagem, numa explanação que durou cerca de uma hora, as duas apresentaram documentos que, na visão delas, provariam a existência de uma organização criminosa instalada na Receita Federal, responsável por levantar informações que embasariam os relatórios de inteligência financeira pelo Coaf. Um desses relatórios teria sido difundido nos primeiros dias de 2018 e dinamitado o esquema que, segundo o Ministério Público, era comandado pelo filho do presidente.

Ao descrever a reação do Presidente na reunião, a revista afirma que quando as advogadas concluíram o raciocínio, Bolsonaro estava estupefato e que o presidente teria dirigindo-se ao Sr. Ramagem e perguntando: “Você sabia disso?”. Constrangido, o chefe da Abin teria dado uma resposta evasiva: “Não sabia”.

Ainda de acordo com a matéria, tanto o Sr. Augusto Heleno quanto o Sr. Alexandre Ramagem teriam saído da reunião com a missão de “em nome da segurança da família presidencial”, checar se o roteiro narrado pela defesa do Senador Flávio Bolsonaro se sustentava. Além disso, sendo comprovado o roteiro narrado, haveria a necessidade de conseguir um documento que comprovasse que o Senador Flávio Bolsonaro foi vítima de uma devassa ilegal por integrantes da Inteligência da Receita.

Conforme narrado pela revista, o próprio Senador e sua defesa se reuniram com o secretário da Receita, o Senhor José Barroso Tostes Neto, a quem foi entregue um documento apresentando todas essas suspeitas. Agentes da Abin registraram esse encontro em um relatório de inteligência. O conteúdo da petição entregue ao chefe da Receita foi compartilhado por ele com um círculo de pessoas de sua extrema confiança. Nela, a defesa do Senador Flávio Bolsonaro requisitava que fosse pesquisado o histórico de acessos aos dados do filho do presidente, inclusive as consultas feitas por meio de uma suposta senha invisível, que seria usada na Corregedoria para investigar funcionários sem deixar rastros.

Ainda de acordo com a reportagem, o Presidente chamou o Sr. Tostes Neto para uma conversa. Na ocasião, o secretário da Receita afirmou que havia feito uma busca e nada aparecera que corroborasse as suspeitas da defesa. A explicação não convenceu. Procurado





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

pela Revista Época, Tostes Neto também se recusou a responder o que fez diante das denúncias que recebeu.

Diante das dificuldades encontradas, o Senador teria partido para uma nova estratégia envolvendo o Serviço Federal de Processamento de Dados do governo (Serpro). De acordo com a revista, no dia 29 de setembro, Flávio Bolsonaro se reuniu com Gurjão Barreto, Diretor-presidente do Serpro em Brasília, num discreto endereço, distante da sede da empresa pública. Na ocasião, o Senador teria pedido que o Serpro levantasse diretamente os dados que, para estranheza do Planalto, a Receita havia se recusado a fornecer. Para descontentamento do Senador, o Serpro alegou ter um contrato de confidencialidade com a Receita, que seria descumprido se qualquer dado fosse fornecido.

Pelo exposto, não cabe ao Presidente da República empregar o aparato governamental para interferir em investigações conduzidas pela justiça brasileira. Admitir-se o contrário é permitir que o Presidente da República tenha sob seu comando uma verdadeira **polícia política**, cujas ações podem ser direcionadas para perseguir seus adversários e desafetos e proteger seus aliados - atos típicos de regimes autoritários.

Diante desses fatos, com a urgência que se faz necessária, requeremos as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, de outubro de 2020

Sâmia Bomfim
Líder do PSOL

Edmilson Rodrigues
PSOL/PA

Marcelo Freixo
PSOL/RJ





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Assessoria Técnica

Fernanda Melchionna
PSOL/RS

Áurea Carolina
PSOL/MG

David Miranda
PSOL/RJ

Glauber Braga
PSOL/RJ

Ivan Valente
PSOL/SP

Luiza Erundina
PSOL/SP

Talíria Petrone
PSOL/RJ

